



Anais da Assembléia

Nº 6

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 07 DE MARÇO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 7 DE MARÇO DE 1975 (Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Maurício Fruet.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Luiz Gabriel Sampaio, José Antonio Del Ciel, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Lúcio Machado, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar Barbosa, Egon Pudol, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Esequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüpell, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Sioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilson Sguarezzi, Oswaldo Macedo, Otássio Pereira da Silva, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (45); achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Aguinaldo Pereira Lima, Deny Lineu Schwartz, Ernesto Dal'Oglio, Accioly Neto, Fuad Nacli, Muggiati Filho, Jorge Sato, Quielse Crisostomo, Rosário Pitteli. (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS

8/75

Curitiba, 29 de janeiro de 1975.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), para a concessão de auxílio à ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ, destinado ao atendimento de despesas com a construção e ampliação da colônia de Férias do Balneário Caiobá.

Como recurso para cobertura do crédito especial cuja autorização para abertura é solicitada a essa Augusta Casa de Leis, é prevista, conforme exige a Lei Federal nº 4.320, de 24 de março de 1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro), autorização para o cancelamento de igual importância no vigente Orçamento Geral do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito

to especial na importância de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), para a concessão de auxílio à ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ, destinado ao atendimento de despesas com a construção e ampliação da Colônia de Férias do Balneário Caiobá.

Art. 2º — Para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, constante do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1975, aprovado pela Lei nº 6.640, de 04 de dezembro de 1974.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Comissão de Constituição e Justiça.

9/75

Curitiba, 26 de fevereiro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo aditivo datado de 3 de dezembro de 1974 ao Convênio celebrado em 22 de maio do mesmo ano, pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com o município de Telêmaco Borba, objetivando a construção na sede daquele município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado

Termo Aditivo de Convênio entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificação e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, como abaixo se declara:

Asos 03 (três) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria de Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria de Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado General MÁRIO CARNEIRO PORTES e pelo Bacharel ANTONIO LOPES DE NORONHA, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro GERHARD LEO LINZMEYER — por seu Diretor Geral, Engenheiro ROLF LUNKMOSS DE CHRISTO; e a Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal DINIZAR RIBAS DE CARVALHO, firmaram o presente aditivo ao convênio que celebraram em 22/5/74, pelo processo de protocolo nº 6.347/73-DEOE, para a construção de prédio, destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia

na sede do Município de Telêmaco Borba, aditivo este de acordo com o vencido no processo de protocolo nº 3.015/74-DEOE, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ELEVAÇÃO DO VALOR

1.1 – Fica elevado de Cr\$ 394.249,14 (trezentos e noventa e quatro mil cruzeiros e quarenta e nove cruzeiros e quatorze centavos), para Cr\$ 627.110,04 (seiscentos e vinte e sete mil, cento e dez cruzeiros e quatro centavos) o valor global aprovado para a obra convencionada, devidamente observada a instrução do processo referido no preâmbulo deste instrumento, inclusive autorização governamental firmada no expediente de protocolo nº 74 – P.G.

1.1.1 – O valor global consequente da elevação e estimativo, sendo que a importância do acréscimo (Cr\$ 232.860,90) corresponde à soma das importâncias de Cr\$ 175.895,77 (cento e setenta e cinco mil, oitocentos e noventa e cinco cruzeiros e setenta e sete centavos), e Cr\$ 56.965,13 (cinquenta e seis mil, novecentos e sessenta e cinco cruzeiros e treze centavos), a primeira resultante da atualização para o mês de março/74, dos preços unitários iniciais do orçamento da “Engesul – Construção Civil Ltda.” Originariamente a previsão estimativa computada para o

nariamente aprovado para a obra, e a segunda concernente a previsão estimativa computada para o suporte de despesas com reajustamento dos preços unitários atualizados no decurso da execução da obra.

1.1.2 – A atualização dos preços unitários iniciais para o mês de março/74 se deu em face dos fundamentos e objetivos caracterizados no teor do Ofício de nº 468/74 – S.V.O.P. e seus anexos (protocolo nº 2.972/74 – P.G.) e considerando a autorização governamental firmada em 17/4/74 no corpo de tal expediente (publicação no D.O.E. nº 35, de 22/4/74), sendo que o reajustamento dos preços unitários atualizados, no decurso da execução da obra, dar-se-á com base na fórmula e condições estabelecidas no teor do mesmo expediente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CUSTEIO DA DIFERENÇA

2.1 – O custeio da despesa correspondente à diferença resultante da elevação do valor global previsto para a obra dar-se-á, pelo montante de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), a conta de recursos orçamentários próprios da Prefeitura Municipal, e pelo restante da conta de recursos orçamentários próprios do Fundo Especial de Reequipamento Policial – FUNRESPOL.

2.1.1 – Para os efeitos desta cláusula a Secretaria da Segurança, emitirá, ainda, neste exercício ou no início do próximo, o(s) empenho(s) de verba necessário(s), a conta do FUNRESPOL, enquanto que a Prefeitura Municipal emitirá, no princípio do exercício vindouro, o empenho de verba alusivo a parcela do acréscimo sob sua responsabilidade, fazendo-o a conta de dotação específica que fará constar no Orçamento/75 do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REFORMULAÇÃO DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS

3.1 – Em face da elevação do valor global e da alteração do regime previsto para a execução da obra, a Secretaria da Segurança, e a Prefeitura Municipal, acertarão novo cronograma de pagamentos, fazendo-o com a assistência do Departamento e previamente a entrega da execução da obra, por este, à firma empreiteira, entrega essa que se dará mediante

a celebração de contrato de empreitada ou independentemente dessa formalidade, conforme seja obtida, a respeito, a competente autorização governamental.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMALIZAÇÃO E DA VIGÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES NÃO MODIFICADAS.

4.1 – A Prefeitura Municipal promoverá, junto ao Poder Legislativo de Telêmaco Borba, as medidas que se fizerem necessárias no sentido de plena formalização deste aditivo na alçada municipal.

4.2 – Permanecem inalteradas e vigentes, no todo ou em parte, as disposições do convênio originário no que não modificadas explicita ou implicitamente pelas do presente aditivo. E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este aditivo, em oito (8) vias de igual teor e forma.

a) MÁRIO CARNEIRO PORTES

Secretário da Segurança Pública do Estado

a) GERHARD LEO LINZMEYER

Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado

a) DINIZAR RIBAS DE CARVALHO

Prefeito Municipal de Telêmaco Borba

a) ANTONIO LOPES DE NORONHA

Diretor da Polícia Civil

a) ROLF LUNKMOSS DE CHRISTO

Diretor do D.E.O.E.

À Comissão de Constituição e Justiça.

10/75

Curitiba, 26 de fevereiro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 21 de novembro de 1974, pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com o Município de Vere, objetivando a construção, na sede daquele Município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) EMÍLIO GOMES – Governador do Estado

Termo de Convênio, como abaixo se declara, entre a Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Verê.

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada “Secretaria de Segurança”, representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado Geral MÁRIO CARNEIRO PORTES e pelo Bacharel ANTONIO LOPES DE NORONHA, Diretor da Polícia

Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominada "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro GERHARD LEO LINZMEYER — por seu Diretor Geral, Engenheiro ROLF LUNKMOSS DE CHRISTO; e a Prefeitura Municipal de Verê — consoante autorização outorgada pelas leis municipais nºs 24/74 e 03/74, de 10/11/73 e 10/6/74, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal LERI DALSSO, celebraram o presente Convênio à vista do vencido no processo de protocolo nº 7.321/73 — D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO E VALOR

- 1.1 — O objeto do presente convênio e a construção, na sede do Município de Verê, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante.
 - 1.1.1 — A obra diz respeito a construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e concreto armado na parte da scelas (4 área global fr 98,13 m² noventa e oito metros e treze decímetros quadrados).
 - 1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessário, tais como muros (Projeto D.E.O.E. no 5.328 e Especificações/D.E.O.E. nos 27 e 28/71), acessos e passeios, ajardinamento e todos os serviços, exterior ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.
- 1.2 — O valor estimativo da obra objeto do presente convênio e de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros).

CLÁUSULA SEGUNDA — DA EXECUÇÃO DA OBRA

- 2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de doação transcrita sob o nº 20.447 no Livro 3-R de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, deste Estado, terreno este constituído pelo lote nº 11 (onze) da quadra urbana nº 46 (quarenta e seis) da cidade de Verê, com a área de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados).
- 2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 150 (cento e cinquenta) dias.
 - 2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo, durante a execução, face a razões de ordem técnica ou outras, que a seu critério se imponham.
 - 2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a crédito e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual, ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma

deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

- 2.2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.
- 2.3 — A Prefeitura municipal será responsável quanto a execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras de contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo a Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento por parte da Prefeitura Municipal das citadas disposições. A Secretaria de Segurança e o Departamento ficam, identicamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente a previdência social e a acidentes de trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.
- 2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tive adjudica
- 2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente a execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e como emprego de materiais e mão-de-obra de 1ª qualidade.

CLÁUSULA TERCEIRA — DO CUSTEIO DA OBRA

- 3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria de Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento) do valor estimativo determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.
 - 3.3.1 — A participação da Secretaria de Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o da Prefeitura Municipal a conta de dotação própria, e o da Secretaria da Segurança a conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual nº 6.102, de 27/5/70, parcialmente alterada pela Lei Estadual nº 6.409, de 13/6/73), tendo sido, quanto a esta, extraído em 24/10/74 o empenho de verba nº 153, no valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros).
- 3.2 — Os pagamentos a Prefeitura Municipal dar-se-á por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregadas junto ao Departamento, em seis (6) parcelas distintas, assim distribuídas:
 - 3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame. (Cr\$... 4.500,00).
 - 3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a funilaria e as lages (Cr\$ 6.000,00).
 - 3.2.3 — 20% (vinte por cento) quando executados a alve-

naria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as vergas (Cr\$ 6.000,00).

- 3.2.4 - 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias (Cr\$ 6.000,00).
- 3.2.5 - 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 6.000,00).
- 3.2.6 - 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 1.500,00).

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DA OBRA

4.1 - Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo, de tal comissão se apresentar em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 - Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma a Secretaria de Segurança, para efeito da imediata utilização do prédio de seu objeto por, esta, dentro das finalidades de sua destinação.

CLÁUSULA QUINTA - DA PLACA INDICATIVA

5.1 - Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 - A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria de Segurança.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO

6.1 - O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá - independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial - ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

7.1 - Para dirimir as questões que resultem deste Convênio as partes elegem o Foro desta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES SUBSIDIÁRIAS

8.1 - Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes entre convênio em 8 (oito) vias de igual teor e forma

- a) MARIO CARNEIRO PORTES
Secretário de Segurança Pública do Estado
- a) GEHRARD LEO LINZMEYER
Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado
- a) ANTONIO LOPES DE NORONHA
Diretor da Polícia Civil

- a) ROLF LUNKMOSS DE CHRISTO
Diretor Geral do D.E.O.E.
- a) LERI DALSASSO
Prefeito Municipal de Verê

À Comissão de Constituição e Justiça.

Curitiba, 26 de fevereiro de 1975

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 12 de dezembro de 1974, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com o Município de Paranaguá, objetivando a construção, na sede daquele Município, de prédio destinado ao Instituto Médico Legal.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida a apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) EMÍLIO GOMES - Governador do Estado.

Termo de convênio entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), e a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações, e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Paranaguá, como abaixo se declara.

Aos 12 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo Sr. Secretário de Estado, General MÁRIO CARNEIRO PORTES e pelo Bacharel ANTONIO LOPES DE NORONHA, Diretor da Polícia Civil; e Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominada "Departamento", ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representada - perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado, Engenheiro GEHRARD LEO LINZMEYER - por seu Diretor Geral, Engenheiro ROLF LUNKMOSS DE CHRISTO e a Prefeitura Municipal de Paranaguá, consoante autorização outorgada pela Lei Municipal nº 1015, de 5/12/74 - daqui por diante denominada simplesmente "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal NELSON DE FREITAS BARBOSA, celebram o presente convênio, à vista do cenvido no processo de protocolos nºs 7.361/74-P.M. e 4.453/74-D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E VALOR

1.1 - O objeto do presente convênio é a obra de construção, na sede do Município de Paranaguá, de prédio destinado ao Instituto Médico Legal, de acordo com a ordenação técnica constante do projeto arquitetônico próprio, da Prefeitura Municipal (Referência/P.M. no CAP 1/73 e Referência/D.E.O.E. nº 5.791) com observância da especificação correspondente

1.1.1 - A obra diz respeito a prédio térreo em alvenaria de tijolos, estrutura de concreto armado, área (de construção), de 347,89 m² (trezentos e quarenta e sete metros, e oitenta e nove decímetros quadrados), contendo dependências para administração, expediente, médico, plantão, peritagem, cantina, arquivo, laboratório, necrópsia, laboratório fotográfico, com câmara escura, velório, espera.

recepção, câmara frigorífica, exames ginecológicos motores, sanitários, hall e circulação.

- 1.2 – O valor global estimado para a obra, de acordo com a instrução de processo referido no preâmbulo deste instrumento, é de Cr\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil cruzeiros).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DA OBRA

- 2.1 – A execução da obra dar-se-á junto a Delegacia Regional de Polícia de Paranaguá, em terreno pertencente ao Patrimônio Público do Estado e situado na rua Padre Albino, entre as ruas Júlia da Costa e Vieira dos Santos.

- 2.2 – A obra será executada sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal, por intermédio de contratação da mesma com a firma vencedora da Tomada de Preços que realizou em conformidade com o Edital nº 17/74 -C.J.C.

- 2.2.1 – A contratação será formalizada com estrito atendimento da legislação que rege a matéria, inclusive e particularmente da que regula o exercício da Engenharia e Arquitetura, contratação essa com vistas ao processo oriundo da citada licitação, estipulando o prazo de execução em 180 (cento e oitenta) dias corridos e o regime da empreitada global com revisão de preços, observadas, quanto a esta, as disposições do Decreto Lei Federal nº 185, de 23/02/67.

- 2.2.2 – O contrato de empreitada resguardará, no que couber, as disposições deste convênio, em especial a de que o Departamento poderá supervisionar o andamento da obra e interferir sempre que necessário, no sentido da sua execução perfeitamente de acordo com os respectivos projetos e especificação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CUSTEIO DA OBRA

- 3.1 – O custeio da obra, considerando o valor global enumerado na Cláusula Primeira, item 1.2, dar-se-á: a) pelo montante de Cr\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil cruzeiros), por meio de recursos provenientes da dotação orçamentária própria de 1972, da Secretaria de Segurança – Dotação 72-2.9-43-07-0, Lei Estadual nº 6.253, de 03/12/71; b) pelo montante de Cr\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil cruzeiros), por meio de recursos oriundos de créditos do Município de Paranaguá, decorrentes do “Artigo 20”.

- 3.1.1 – Relativamente aos recursos provenientes da dotação orçamentária de 1972, da Secretaria da Segurança, foi emitido em 29/12/72 pelo Departamento – dada a sua condição de Unidade de Execução Delegada – o empenho da verba nº 2.712/72 (Sub Consignação 4.1.1.0.06), o qual se acha legalmente inscrito na relação de “Restos a Pagar” de 1972, do D.E.O.E.

- 3.2 – Os recursos oriundos de créditos do Município de Paranaguá, decorrentes do “Artigo 20”, serão liberados pela Secretaria da Fazenda do Estado diretamente à Prefeitura Municipal, de uma só vez, tão logo a Secretaria da Segurança encaminhe expediente próprio, aquela Pasta, acompanhado de cópia deste convênio.

- 3.3 – O pagamento da parcela da obra custeada à conta de recursos provenientes da dotação orçamentária de 1972, da Secretaria da Segurança (Cr\$ 65.000,00), dar-se-á por intermédio da Tesouraria do D.E.O.E., mediante fatura devidamente certificada por Engenheiro do mesmo e regularmente professada, e isso quando satisfatoriamente executados serviços correspondentes a terceira (3ª) parcela do cronograma considerado este o apresentado pela firma empreiteira na licitação realizada para a obra e a ser estipula-

da, sem alterações no contrato a ser firmado para sua execução.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO DA OBRA

- 4.1 – Após concluída, e com vistas a disposição que necessariamente contará do contrato da empreitada a ser celebrado entre a Prefeitura Municipal e a firma empreiteira, a obra será visitada por intermédio de comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial, com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando a juízo de tal Comissão, se apresentar em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

CLÁUSULA QUINTA – DA PLACA INDICATIVA

- 5.1 – Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias a divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

- 5.1.1 – A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria de Segurança.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS E DAS DÚVIDAS, E DO FORO

- 6.1 – Os casos omissos e as dúvidas que sobrevierem no cumprimento deste convênio serão resolvidos em conjunto pelas partes, convencionando estas, desde já, o For da Comarca de Curitiba, para dirimir as questões que dele surjam.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES SUBSIDIÁRIAS

- 7.1 – Subsidiariamente se aplicarão, ao presente convênio, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DE CONVÊNIO ANTERIOR

- 8.1 – Em face do que se acha convenicionado no presente, considera-se rescindido, para todos os efeitos, o convênio referente à mesma obra firmado entre as partes em 14/9/73 e publicado no exemplar nº 148, de 03/10/73, do Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA NONA – DA VALIDADE E VIGÊNCIA

- 9.1 – O presente convênio se tornará válido e vigente após sua publicação no Diário Oficial do Estado, cumpridas as formalidades legais.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 10 (dez) vias de igual teor e forma.

- a) MÁRIO CARNEIRO PORTES
Secretário de Segurança Pública do Estado
a) GEHARD LEO LINZMEYER
Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado
a) ANTONIO LOPES DE NORONHA
Diretor da Polícia Civil
a) ROLF LUNKMOSS DE CHRISTO
Diretor Geral do D.E.O.E.
a) NELSON DE FREITAS BARBOSA
Prefeito Municipal de Paranaguá.

À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS

Sob o nº 01/75, do Senhor WOLNEY VILELLA, Presidente da Câmara Municipal de Nova Fátima, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Diretora dos trabalhos legislativos daquela Comuna. – Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Do Senhor OSCAR MARTINEZ, de Assis Chateaubriand.

no qual agradece o ofício no SC/2338/74, onde foi comunicada, a aprovação de moção de Senhor Ex-Deputado Odilon Reinhardt, consubstanciada em felicitações pelo trabalho desenvolvido pela Colonizadora Norte do Paraná S/A., de Assis Chateaubrinad. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O subscritor da presente, na qualidade de Líder da Bancada do MDB, na forma regimental, vem indicar os nomes dos Senhores Deputados do Movimento Democrático Brasileiro, que, como titulares e suplentes, ocuparão os cargos respectivos nas Comissões Permanentes, a saber:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

1 — Nilson Sguarezzi

2 — Deni Schwartz

3 — Valdenício Barbalho

4 — Enéas Faria

5 — Adalberto Daros

Suplentes — Lineu Turca, Luiz Carlos Zuk e Otássio Pereira.

COMISSÃO DE FINANÇAS

1 — Benedito Lúcio Machado

2 — Luiz Carlos Zuk

3 — Deni Schwartz

Suplentes — Domício Scaramella e Edilson Alecar Baborsa

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

1 — Antonio Facci

2 — Trajano Bastos de Oliveira

3 — Domício Scaramella

Suplentes — Walter Pietrângelo e Deni Schwartz

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1 — Ernesto Dal'Oglio

2 — Otássio Pereira da Silva

Suplente — Benedito Lúcio Machado

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

1 — Lineu Turra

2 — Walter Pietrângelo

Suplente: Jayme Rodrigues de Carvalho

TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

1 — Domício Scaramella

2 — Jayme Rodrigues de Carvalho

Suplente: José Domingos Scarpelini

POLÍCIA

1 — Jayme Rodrigues de Carvalho

2 — Nilson Sguarezzi

Suplente: Hélio Manfrinato

SAÚDE PÚBLICA

1 — Ernesto Dal'Oglio

2 — José Domingos Scarpelini

Suplente: Otássio Pereira da Silva

REDAÇÃO

1 — José Muggiati Filho

2 — Lineu Mansani Turra

Suplente: Walter Pietrângelo

TOMADA DE CONTAS

1 — Hélio Manfrinato

2 — Ernesto Dal'Oglio

Suplente: Domício Scaramella

TURISMO

1 — Nelson Buffara

2 — Adalberto Daros

Suplente: Ernesto Gnoato

Sala das Sessões, em 7 de março de 1975.

a) MUGGIATI FILHO

Sala das Sessões, em 07 de março de 1975.

a) EDILSON ALENCAR

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE

Art.º 1.º — O § 3.º do Art. 194, do Regimento Interno passa a vigor com a seguinte redação:

“§ 2.º — A Mesa poderá mandar abonar até quatro faltas por mês ao Deputado que justifique a sua ausência e desde que esta não tenha contribuído para adiamento da votação.”

Art.º 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de março de 1975.

a) PAULO CAMARGO — Presidente

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1.º Secretário

a) MAURÍCIO FRUET — 2.º Secretário.

JUSTIFICAÇÃO — Entende a Mesa que a salutar e acauteladora a proposta limitação à faculdade que lhe confere o Regimento Interno de abonar até sete faltas.

Realmente, considerada a média de sessões originárias realizadas mensalmente, o não comparecimento a sete importa em falta a mais de uma terça parte das reuniões, procedimento para o qual as disposições constitucionais prescrevem, como sansão, a perda de mandato.

Podem os Srs. Deputados, confiantes no abono de sete faltas, mensalmente, entenderem-se distanciados da possibilidade de superarem o limite punível de ausência, o que não confere com a realidade. Faltas que não resultem de doença comprovada, licença autorizada pela Assembléia, ainda que abonadas pela Mesa, serão computadas, eventualmente, para apurar se o limite constitucional de ausência foi alcançado.

REQUERIMENTOS

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER; a Casa, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos Trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do sr. PERCY SCHREINER, ocorrido nesta Capital.

Nascido na região do Sudoeste do Paraná, o Sr. Percy Schreiner exerceu o mandato de Deputado Estadual nos anos, de 1964 a 1967, exerceu também as atividades de Vereador, Sub-Prefeito e prefeito de Santo Antonio do Sudoeste. Deixa seu falecimento uma lacuna difícil de ser preenchida no rol daqueles que ajudaram no progresso, pela dedicação e trabalho.

Requer, outrossim, seja a família enlutada cientificada do teor deste Requerimento.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná SA, solicitando que seja efetuado estudos no sentido de se verificar a viabilidade da instalação de uma agência daquele estabelecimento oficial de crédito, na cidade de Campina da Lagoa, que conta atualmente com uma única agência bancária não oficial, ressentindo-se portanto dos serviços prestados por esta conceituada rede bancária.

PROJETO DE LEI

Projeto de Lei nº 14/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir um prédio de alvenaria, destinado ao funcionamento de Curso de 1º Grau, parte final (do 5º ao 8º ano), na sede do Município de Imbituva

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1975.

a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICAÇÃO

— O Município de Imbituva se ressentia da falta de um prédio capaz de atender um número elevado de crianças em idade escolar. Assim sendo, solicitamos dos ilustres Pares, o devido apoio e aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não era nosso pensamento usar da palavra nesta manhã, no Pequeno Expediente e sim pensávamos fazê-lo no Grande Expediente na próxima semana, onde iríamos analisar a Mensagem de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, no tocante as estradas de nossa região, que não foram incluídas no seu plano de obras para o próximo exercício.

Mas, com a notícia que nos chega ao conhecimento, sobre o qual já apresentamos um Requerimento, notícia triste e pesada para nós que convivemos anos e anos, pertencemos ao mesmo Partido, ao extinto Partido Trabalhista Brasileiro, notícia da morte de nosso velho companheiro Percy Schneider, que foi Vereador, Prefeito e Sub-Prefeito em Santo Antonio do Sudoeste e também honrou esta Casa como Deputado Estadual. É com tristeza que trazemos esta notícia e sobre a qual já apresentamos um Requerimento, solicitando voto de pesar.

Quero, neste instante, ao terminar, dizer que ao retornarmos a esta Casa, pela vontade do Povo do Paraná, desejo aqui colaborar com os Deputados reeleitos e com os novos e dizer que faremos tudo não só para nossa região, mas tudo que for preciso para o Estado do Paraná, para o enriquecimento de nosso Estado, para a considação da verdadeira democracia, aquilo que sempre, tenho me proposto nesta Casa e na minha vida.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Nilso Sguarezzi.

O SR. NILSO SGUAREZZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Da mesma forma que o colega Domício Scaramella, quero consignar meu voto de pesar pelo desaparecimento de Percy Schneider, ex-Deputado e homem conhecidíssimo na fronteira do Paraná com a Argentina.

Desejamos requerer que a Casa, através de Ofício a família enlutada apresenta as sentidas condolências pelo trágico passamento daquele nosso querido e prezado companheiro.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que nos traz à Tribuna pela primeira vez nesta Casa, lamentavelmente e para tratar de assunto deveras difícil de ser tratado, sem que se entre no campo da polêmica. Tenho em mãos um documento que nos foi enviado por uma professora a quem foram negadas aulas, por questões políticas.

Ao assumir nosso mandato, nos comprometemos a respeitar a Constituição e tudo faremos para que as nossas Leis sejam respeitadas.

O documento que tenho em mãos anuncia, inclusive, o

crime de usurpação de função e o que vai mais longe, estabelece a discriminação política em nosso Estado ao serem conferidas aulas suplementares.

A professora Tania Eveli Ascari Lobo, da cidade de Clevelândia, a única licenciada em educação física, ao requerer aulas no estabelecimento estadual "São Luiz", teve a sua pretensão denegada pela direção do estabelecimento que teve o desprazer de afirmar por escrito.

Sabemos que, na prática, muitas vezes, ocorre esta discriminação quando a Diretora não simpatiza com a professora ou existe interferência política, mas traçar isto num documento, mas afixar isto num documento com timbre do próprio colégio, prezados Deputados, Sr. Presidente, o assunto se reveste da maior gravidade.

Para que se apure devidamente o fato, para que não confiemos simplesmente neste documento é que estou enviando à Mesa para ser submetido a esta Casa, a fim de que esta Assembléia seja devidamente informada desses fatos, um Pedido de Informações vasado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

Em data de 05 de dezembro de 1974, a professora TANIA EVELI ASCARI LOBO, encaminhou sua documentação como Licenciada em Educação Física, para ministrar aulas suplementares no Colégio Estadual São Luiz e Escola Normal Madre Maria dos Apóstolos na cidade de Clevelândia. Posteriormente cumpria com as exigências legais de cadastro na Inspeção Regional.

Todavia em data de 31 de janeiro de 1975, foi cientificada pela Diretora dos referidos estabelecimentos de ensino, Irmão Zandira Joana Griza (Reg. 4308), que inclusive se prontificou a dar declaração por escrito, afirmando textualmente:

"A direção do referido colégio, recebeu ordem de terceiros de não admitir a referida professora no quadro dos professores, isto por questões políticas".

Iniciadas as aulas, efetivamente a senhorita Tania Eveli Ascari Lobo, única professora Licenciada a requerer referidas aulas no estabelecimento em tela, não foi contemplada em seu direito líquido e certo, desobedecendo-se assim Resolução da própria SEC, que estabelece a prioridade aos Licenciados, para distribuição de aulas suplementares.

Todavia, a afirmação da Diretora, por escrito e que acompanha o presente Requerimento, reveste-se de suma gravidade e deve ser convenientemente esclarecida, para que não prolifere a discriminação política no ensino paranaense.

Diante do exposto e atendidas as exigências regimentais da Casa, o Deputado que a presente subscreve, requer seja no prazo de lei, informada a Casa sobre o assunto, discriminando-se a seguinte informação:

1º — Quais as professoras ou professores que requerem aulas suplementares no Colégio Estadual São Luiz na cidade de Clevelândia? Quais as qualificações dos mesmos?

2º — Por que razão não se distribuíram aulas à professora Tânia

2º — Por queração não se distribuíram aulas à professora Tânia Eveli Ascari Lobo?

3º — Pode a Secretaria da Educação e Cultura, após sindicância, informar o que levou a Diretora do Colégio São Luiz afirmar "questões políticas" e "ordens recebidas de terceiros" foi que determinaram a não distribuição de aulas suplementares àquela professora?

4º — Informar que está ministrando aulas suplementares de Educação Física no Colégio São Luiz de Clevelândia, quais os títulos e qualificações do ou dos referidos professores?

Sala das Sessões, em 7 de março de 1975.

a) NILSO SGUAREZZI

Sr. Presidente, este o Requerimento que encaminhamos à Mesa para que este assunto seja devidamente informado e que esta Casa tenha condições de tomar as providências legais que o

caso requer (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, terceiro Orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Senhor Presidente, nobres Srs. Deputados.

Ao assumarmos pela primeira vez à Tribuna desta Casa Legislativa, queremos inicialmente expressar nossos efusivos cumprimentos aos Nobres Pares que, mercê do desempenho e das qualidades pessoais, aqui representam consideráveis parcelas do povo de nossa terra. Sentimo-nos honrados em particular dessa legislatura, a qual certamente está reservada preponderantes páginas na história paranaense. Aspiramos cumprir com fidelidade nossa missão, aplicando experiências somadas durante seis anos de exercício da vereança da Capital do Estado e em nossa vida privada. Muito aprendemos acompanhando o trabalho parlamentar desenvolvido pelo nosso estimado pai Dr. Luiz Losso, como Deputado Federal e como nosso irmão que atuou durante três legislaturas consecutivas nesta Casa de Leis e atualmente ocupando uma cadeira na Câmara Federal, Deputado Igo Iwant Losso. Sim, prezados Deputados, durante uma legislatura muitas são as oportunidades em que teremos, perante nós, proposições de mais alta importância para os destinos da nossa terra, para manutenção da tranquilidade e para que o ritmo de progresso, notadamente na área econômica, seja mantido. Nessa data em que se comemora o Dia Mundial da Oração, no qual Sras. pertencentes a diversas igrejas evangélicas em 150 países do mundo reunidas se encontraram para orar em torno do tema "Aperfeiçoai-vos na Unidade", queremos também registrar a nossa fé em Deus Supremo, abençoador dos que buscam a fonte da autêntica sabedoria, em suas palavras inspiradoras. Temos constantemente encontrado princípios fundamentais e normais racionais que têm norteado a nossa conduta. Por outro lado, Sr. Presidente somos dos que procuram respeitar a consciência dos outros e também a nossa própria, por isso muitas vezes temos tomado atitudes de não transigir em nossa vida pública e particular e se ocorrerem situações em que envolvam a nossa consciência, tomaremos a atitude semelhante. Participaremos sempre que necessário, das discussões, prestigiando as justas medidas. Apoiaremos as proposições e atos governamentais oportunos, e criticaremos as que não correspondam aos anseios do povo do Paraná, notadamente, das cidades de Curitiba e dos Municípios onde tivemos representativa votação.

Por ter sido este mandato popular o resultado, o esforço do elevado número de inspitadores, familiares, amigos e colegas. I líderes, religiosos e comunitários, companheiros do meu Partido a ARENA, alunos e ex-alunos donas de casa, trabalhadores, os ouviremos sempre que possível para a tomada de importantes decisões. A estes, não poderíamos deixar de consignar nosso rápido pronunciamento que nesta oportunidade trazemos a esta Casa. Muito obrigado (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente. Passaremos agora ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Hoje pela manhã fomos surpreendidos com uma notícia uma nota divulgada pelo jornal "O Estado do Paraná", quando diz que pretendíamos o amordaçamento, o cerceamento de liberdade de nossa imprensa. O que não é verdade, foi uma divulgação maldosa, pois de forma alguma pretendíamos o amordaçamento da nossa imprensa ou cerceamento de liberdade.

Já tive oportunidade por várias vezes de falar desta Tribuna e dizer o quanto significa a imprensa para nós, trazendo ao conhecimento do povo o que se passa em nosso Estado e em nosso País.

Disse também, da penetração que tem "O Estado do Paraná", em todos os municípios paranaenses. Quando solicitamos ao

Sr. Secretário de Segurança Pública, pedindo que proibisse o contato dos marginais e criminosos em entrevistas públicas à imprensa. foi com a finalidade única de evitar muitas outras consequências que seriam bastante prejudiciais à nossa sociedade.

Não vejo porque um jornal como "O Estado do Paraná", de grande penetração, um jornal conceituado, porque precisaria de usar os criminosos e marginais com sensacionalismo.

O que eu entendi desta nota, foi como se eu tivesse vindo à Tribuna para defender nossa polícia, e para defender o Sr. Secretário de Segurança Pública.

Em absoluto, e justo que a imprensa critique, critique a nossa Segurança, quando os criminosos e os marginais estão soltos, como diz aqui entre parênteses algumas observações "como: "Marginais em liberdade" "Criminosos estão soltos".

Que apresentem soluções para a nossa Segurança e um melhor esquema preventivo.

Pedi que se evitasse o sensacionalismo, no qual não vejo resultado para a imprensa ou para quem toma conhecimento da notícia, quando entrevistarem um criminoso e perguntarem quantos carros havia roubado até agora, ao que ele respondeu que desconhecia o número. Perguntaram quantos havia roubado em sua permanência em liberdade, ao sair da prisão, ao que respondeu com toda a galhardia e entusiasmo que havia roubado 12 carros.

Pergunto, qual o benefício que traz esta divulgação? Não vejo nenhum. Seria justo, e creio que traria benefícios, quando se prende um criminoso, dizer que está preso, condenado a tantos anos. Isto traria benefícios. Somos contra o sensacionalismo nestes casos e queremos justificar a interpretação que deu "O Estado do Paraná" ao nosso pronunciamento. De forma alguma somos pelo amordaçamento da imprensa. Queremos a divulgação de tudo que acontece, mas não de forma que seria prejudicial à nossa sociedade.

Quero agradecer à "Gazeta do Povo" pela divulgação do que eu disse, na realidade: "Entrevista de marginais. Em apelo que fez ontem ao Secretário Mário Portes, da Segurança Pública, o Deputado Gilberto Carvalho pleiteia providências no sentido de ser coibido que presos, marginais e criminosos, concedam entrevistas aos meios de divulgação. O Deputado, revela ter assistido há pouco, um criminoso relatar, em detalhes, como matou um patrulheiro da Polícia Rodoviária e, a seu ver, entrevistas dessa ordem constituem um verdadeiro incentivo ao crime".

Foi isto que eu disse. De forma alguma pretendia calar a imprensa. Precisamos da imprensa que presta grandes benefícios ao Estado e ao País por tudo que tem a divulgar.

Não há necessidade de usarmos marginais para divulgação ocupando às vezes as primeiras páginas de jornais, quando poderiam trazer muitas outras notícias, porque muitas não saem por falta de espaço. Poderiam ser publicadas outras notícias importantes do interesse da sociedade, boas ou más, mas que tragam algum benefício. Nestas, não vejo benefício de forma alguma.

Quero fazer um apelo à direção do "O Estado do Paraná" para que justifique a minha atitude que não é, de forma alguma, a de querer calar a imprensa. Queremos uma imprensa sadia, divulgando o que é preciso e necessário, aquilo que traz algum benefício ao País, e é esta a função da imprensa, de prestar serviço, ajudando o desenvolvimento da Pátria.

Nesta oportunidade deixo esta Tribuna, certo de que a direção do "O Estado do Paraná" aprovará a nossa atitude que foi a melhor, de colaborar para que não conteça o que tivemos a oportunidade de assistir. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria da Mesa Executiva, constante do Expediente. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin,

constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados: **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei nº 267/73, que cria no Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado, os Cargos Isolados em Comissão. — **Aprovado.**

Redação final do Projeto Nº 267/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1º — Ficam criados no Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado, os seguintes cargos isolados* de provimento em comissão:

Nº de cargos	Denominação	Símbolo
1 (um)	Subsecretário Geral	1-C
1 (um)	Assessor J. da Presidência	1-C
2 (dois)	Assessores da Presidência	2-C
1 (um)	Secr. do Conselho Superior	2-C
7 (sete)	Assessores de Diretoria	4-C
1 (um)	Assistente Téc. Conselho Superior	5-C
1 (um)	Assistente Técnico Sub-Secretário Geral	5-C
1 (um)	Assistente da Corregedoria	5-C
1 (um)	Assistente da Auditoria	5-C
7 (sete)	Auxiliares de Gabinete	7-C

§ 1º — Os cargos de Subsecretário Geral, Assessor Jurídico da Presidência, Assessor da Presidência, Secretário do Conselho Superior, Assistente do Subsecretário Geral e Assessor de Diretoria, são privativos de portadores de diploma de curso superior.

§ 2º — Os cargos isolados de provimento efetivo de Secretário Geral e Diretor, constantes da Parte Suplementar do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas (anexo II. da Lei nº 6.117, de 22 de junho de 1970), tornar-se-ão — ao vagarem — em cargos isolados de provimento em comissão, sendo-lhes, então, atribuídos os símbolos:

Secretário Geral	1 - C
Diretor	1 - C

§ 3º — O Subsecretário Geral substituirá o Secretário Geral, nas faltas e impedimentos deste.

Art. 2º — As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de dezembro de 1974.

a) GILBERTO CARVALHO — Presidente

a) BASILIO ZANUSSO — Relator

SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa. Expediente firmado pelo Sr. Muggiati Filho, constante do Expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados do MDB, que, como titulares e suplentes, ocuparão os cargos nas Comissões Permanentes. **Ao Departamento Legislativo. À Divisão das Comissões para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que seja efetuado estudos visando a instalação de uma agência daquele estabelecimento de crédito, na cidade de Campina da Lagoa. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilson Sguar-

rezzi, Lido da Tribuna), solicitando seja encaminhado à Secretaria de Educação e Cultura, pedido de informações. Em discussão. Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI. (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, a Bancada da ARENA vai dar guarida ao Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilson Sguarezzi.

Todavia, gostaria de argumentar um fato que, possivelmente, tem sido a determinante da recusa das aulas dadas à referida professora. Há uma resolução da Secretaria de Educação e Cultura, se não me falha a memória, a Resolução nº 1/75, que, para resguardar o direito das professoras suplementaristas, radicadas no Estado do Paraná, e considerando que estava havendo uma verdadeira invasão de professores paulistas, gaúchos e catarinenses, no Interior do Estado do Paraná, ocasionando, muitas vezes, o afastamento de professoras paranaenses, que ajudaram a organizar o colégio e que se acostumaram à matéria para beneficiar aqueles que, de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, vêm ao Paraná, desalojar nossos professores.

A Resolução 1/75 da Secretaria de Educação, pretendeu, atendendo interesses dos professores suplementaristas do Paraná, exigir domicílio de 2 anos, no mínimo, dos professores formados em outros Estados, aqui no Paraná. Quer me parecer, salvo melhor juízo do autor do Requerimento, que as causas determinantes desse recurso, estejam exatamente na falta de cumprimento da exigência do domicílio, do atestado de residência, por 2 anos, pelo menos, no Estado do Paraná.

Se isso não ocorrer, este Deputado, embora Líder do Governo, do atual Governo Emílio Gomes, reconhece que o Deputado do MDB tem razão de sobra para reclamar da medida, porque, embora exista o instituto do mandado de segurança, capaz de atender os direitos feridos da referida professora. — e sempre o egrégio Tribunal de Justiça tem concedido liminar em apenas 72 horas, dos mandados de segurança dessa natureza —, caberia como sugestão também a digna professora, que além do pedido de informações ter um prazo constitucional para ser atendido que o Poder Judiciário que é exatamente o poder moderador, aquele que compete julgar os atos do Executivo e também do Legislativo, usando daquela prerrogativa, de resguardar o seu direito, e eu estaria fazendo demagogia se não afirmasse também que inúmeros professores suplementaristas, dezenas, porque não dizer, centenas, por serem companheiros meus em municípios de outros Deputados sofrem as mesmas restrições na obtenção das aulas suplementares. — talvez seja eu o Deputado que maior número de professores suplementaristas recebe, sempre reclamando contra o que chamam de “discriminação” até odienta, verificada senão da parte das diretoras de estabelecimento, quantas vezes da parte das inspetoras regionais, sofrendo pressão política, se negam a cisar proposta de aulas.

Quero crer que neste episódio, muito embora tenha manuseado uma certidão da diretora do Colégio, em que declara que por pressão de terceiros deixou de dar aulas à professora interessada, quero acreditar na participação da Diretora e na possibilidade de que a referida professora não tenha o domicílio de 2 anos exigidos pela Resolução 1/75, de janeiro deste ano, exarada pela Secretaria de Educação. O Sr. Secretário de Educação, é um homem que respeito e que muitas vezes não chega a tomar conhecimento do que ocorre no interior, em função mais de brigas internas, muitas vezes dentro da congregação de professores suplementaristas. Muito embora a Oposição sempre tenha afirmado nesta Casa que as aulas suplementares são mal remuneradas, nunca vi tanta briga, tanta luta, para conseguí-las, razão pela qual considero que ser professor suplementarista no Paraná, ainda não é tão mau negócio, como alguém alega.

Votaremos pela aprovação do Requerimento do Sr. Deputado Nilson Sguarezzi com a ressalva de que, eventualmente, não tenha a referida professora cumprido as exigências da Resolução 1/75. Muito Obrigado.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o Requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, infelizmente não tive a oportunidade de ouvir a leitura do Requerimento de autoria do Deputado da Oposição, Nilson Sguarezzi.

Mas, acredito, até, que ao Deputado possa trazer informações a respeito do caso em tela. Ontem tive o prazer de encontrá-lo nas ante-salas da Secretaria de Educação. Quero declarar a S. Exa. que terei de segunda-feira trazer as informações necessárias que o caso requer. Entretanto, gostaria de declarar que para as aulas suplementares dos Colégios de Clevelândia ainda não foram baixadas as competentes resoluções pela Secretaria de Educação e não há ainda nenhum professor suplementar contratado especialmente para lecionar neste ano. Há, entretanto, uma resolução da Secretaria, que é do conhecimento desta Casa e é do conhecimento do resto dos Srs. Professores, no sentido de que foi prorrogada a vigência dos contratos do ano passado para este ano.

Tenho como norma e princípio na minha vida pública nunca negar informações a respeito de qualquer ato que interesse a toda a classe dos professores.

Haverei de votar favoravelmente ao Pedido de Informações do Deputado Nilson Sguarezzi e haverei de votar sempre, nesta Assembleia, a favor de todos os Pedidos de Informações que interessem a classe dos professores. Muito Obrigado.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o Requerimento. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante de Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Ministros de Minas e Energia, e Interior, Secretários de Viação e Obras Públicas, Planejamento, Agricultura, e outras autoridades para que sejam estudadas as possibilidades da localização em Maringá, de base física para a implantação e desenvolvimento do Projeto Noroeste, na Universidade Estadual de Maringá. — Em Discussão.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados. Queremos enfatizar a importância deste expediente apresentado pelo eminente Deputado Jorge Sato.

Gostaríamos de afirmar ao Plenário certas circunstâncias: (Lendo): "Não há dúvidas quanto a importância do escritório do Projeto Noroeste em Maringá, principalmente para a U.E.M., pois atuando em estudos geológicos, morfológicos e bioestratigráficos da área-problema atingida pela erosão, esses conhecimentos advindos nas pesquisas, dariam aos nossos professores uma bagagem inestimável de recursos geográficos, aplicáveis aos diversos cursos em diferentes áreas de ensino, mormente no campo tecnológico, mesmo porque há a possibilidade de se manter um laboratório de pesquisas, abrangendo os diversos setores envolvidos com o problema, técnico, social e econômico.

Dentro do contexto exposto, a Universidade seria portadora de um grande banco de dados sociais e econômicos da região, que mais tarde poderão ser utilizados pelos demais órgãos públicos ou pela iniciativa privada, e sendo um Projeto que tem ligações com entidades estrangeiras (públicas e privadas), o mesmo dará nome internacional à U.E.M., além de grande repercussão nos meios do Ensino Superior do País.

Deve-se salientar que para tal empreendimento, a U.E.M., necessitará de uma equipe técnica experiente em trabalhos desta natureza, como também de apoio financeiro para iniciar os primeiros passos ao encontro da solução para o grave problema que vem afetando, não só a nossa região como toda a bacia do Rio da Prata.

A localização de um escritório técnico do Projeto Noroeste nesta cidade, é de vital importância para a Universidade Estadual de Maringá, pois o mesmo trará, não só um profundo conhecimento técnico-científico da área geo-econômica e geoducacio-

nal, da qual Maringá é o centro polarizador, como também um apoio econômico-financeiro para a Escola.

Finalmente, há que se considerar as vantagens desta localização: menor desgaste de máquinas e equipamentos além de poupar a equipe de trabalho de um deslocamento constante, caso seja instalado em outro ponto. O projeto fará uso de um fator importante que são os meios de comunicação (terrestres e aéros, telefonia, telex etc.) já instalados e condizentes com as necessidades".

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante de Expediente de Sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, manifestando nosso profundo descontentamento pela incapacidade desse setor da administração estadual em resolver o grave problema das escolas de Maringá e região, atingidas pelo vendaval de novembro último. Em discussão.

O SR. ANTONIO FACCI — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A manifestação através desse Requerimento do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, que hoje ocupa a Presidência desta Casa, deixou-nos realmente numa posição, eu diria, num posto de fiscalização aos atos e omissões do Estado, mas vai longe ainda. Sr. Presidente, Srs. Deputados das providências para atender a esta escola, a estas salas de aula descobertas por um vendaval de Maringá, que estão sem funcionar e sem atendimento pela Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado. O que ocorre é que outros estabelecimentos de ensino no nosso município de Maringá e quicá de nosso Estado, carecendo realmente da presença efetiva da presença mais constante da Secretaria de Viação e Obras. Vejam os Senhores que, estando aqui o Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que na época era o titular da Secretaria de Educação e Cultura, o Grupo Escolar Presidente Vargas, de Maringá, não tinha mais condições de funcionalidade e foi necessário que se fizesse a reforma com recursos do Município para poder então continuarem aquelas crianças tendo condições de frequentar aulas, vejam a posição, por exemplo, do prédio do Grupo Escolar de Iguatemi, no Município de Maringá, de madeira, caindo, sem condições de funcionamento, está hoje, inclusive o primário sendo ministradas aulas num prédio da campanha nacional de Escolas da Comunidade, também construído com os recursos do Município de Maringá. A Escola Visconde de Nacar, o próprio Hospital Brasil de Maringá, são problemas que deveriam, ou melhor são problemas que não seriam necessários os Srs. Deputados se pronunciarem, mas que deveriam então os próprios órgãos governamentais encarregados do assunto manterem sempre em ordem, se fazer presentes através dos engenheiros responsáveis, lotados nas residências do interior do Estado.

Porisso, Srs. Deputados, é que ao aplaudir esta iniciativa do nobre Deputado Gabriel Sampaio, nós o fazemos, na certeza de que, partindo de um Deputado da ARENA, o Partido Majoritário, de um homem ligado ao Governo, deverá por certo também este mesmo Governo, tomar providências imediatas. Não quis este Deputado manter-se apenas no aplauso por ser da Bandeira situacionista, pode até parecer ao seu Líder e aos seus companheiros, que a atuação não esteja sendo correta.

No entanto, falou mais alto, a ele, e aqui vai a nossa homenagem aos interesses do nosso Estado, através das nossas crianças, porque realmente, S. Exa. falou mais alto do que a sua posição de homem ligado ao partido majoritário.

Não vai nenhuma pretensão nossa, apenas apoiar o Requerimento e solicitar de S. Exa. o Sr. Secretário de Viação, a sua presença efetiva sem a necessidade da manifestação desta Casa, para o bom andamento do ensino em todo o nosso Estado. Tenho dito.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão. — Encerrada a discussão. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Secretário de Segurança Pública, referente a compras efetuadas pela Funrespol. — Em discussão. — Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação). —

Sr. Presidente. Ontem esta Casa de Leis, aprovou uma Mensagem criando o Funrespol, tendo por preocupação primeira, possibilitar à Secretaria de Segurança Pública dotar as instalações das Delegacias especializadas, as Delegacias do interior de nosso Estado, com o indispensável para o seu funcionamento.

Nós, que somos homens do interior do Estado estávamos acostumados a ver as nossas Delegacias de Polícia funcionando graças ao auxílio dos Prefeitos Municipais que sempre deixavam à disposição das Delegacias mesas, cadeiras, máquina de escrever e o material de expediente, porque não dispunham os órgãos de segurança de meios capazes de adquirir e fornecer para todo o Estado o necessário para o funcionamento das Delegacias.

O FUNRESPOL foi responsável pelo maravilhoso trabalho de reequipamento no setor de viaturas, dissimulando por todo o interior do Estado veículos capazes de permitir a locomoção das autoridades policiais nas circunstâncias necessárias. Isto agilizou a Polícia Civil, determinando que melhor aparelhamento pudesse melhor servir às exigências da população.

Em Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Maringá, nos grandes centros principalmente, temos hoje orgulho de dizer que estamos aparelhados.

Quando, Sr. Presidente, esta Casa observou que estávamos praticamente atendidos no setor de reequipamento, modificamos a lei que criou o FUNRESPOL, permitindo que parte de seus recursos fosse também aplicada no aparelhamento das edificações. Quer me parecer que se houve a aquisição de móveis para dotar a nova sede do Instituto Médico Legal com recursos do FUNRESPOL, a Secretaria de Segurança Pública em nenhum instante deixou de estar amparada pela lei votada e posteriormente alterada por esta Casa.

Comprometo-me, Sr. Presidente, sem que haja necessidade da aprovação deste pedido de informações, que havei de trazer informações nele contidas para satisfação do Sr. Deputado subscritor do presente.

E, no encaminhamento da votação, pelas razões já expostas, solicito dos nobres Deputados, sem entrar no mérito das indagações, votarmos pela rejeição do mesmo.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Atentos às ponderações do Sr. Líder do Governo, nesta Casa, Deputado Ivo Thomazoni, queremos trazer ao conhecimento dos Srs. Deputados, que a nossa região, a região de Ponta Grossa, somente depois que a comunidade, através de suas lideranças, forçaram com que o Governo do Estado voltasse as vistas e o equipamento que merecia e merece, a cidade, e somente atendida em parte. Porque, até o dia de hoje, a nossa comunidade não tem o mínimo de retribuição e, principalmente, da equiparação, com as outras grandes cidades do Paraná.

Ponta Grossa, não possui serviço de Rádio Patrulha, não possui uma assistência mais efetiva desse órgão de colaboração para com os organismos policiais do Interior do Estado.

E quando o nosso companheiro, Deputado Valter Pietrângelo, faz com que esta Casa, mais uma vez, se torne digna do que faz, com a aprovação daquela Lei, fazendo com que, somente num sentido de informações, venha, se venha dar conta do emprego dos dinheiros públicos do Paraná.

E queremos dizer, neste instante, respeitando as palavras da liderança da ARENA, que, os outros pedidos de informação sejam aprovados. Porque, conforme falou o ilustre Deputado Luiz Alberto Oliveira, votará favoravelmente a todos os pedidos

de informação que forem solicitados, pelos Srs. Deputados, à Secretaria de Educação e Cultura. Porque, acreditamos que os pedidos de informação, trazem esclarecimentos a nós que representamos o povo do Paraná, para que possamos cumprir com a nossa obrigação, com os deveres de Deputado.

Se ontem, foi aprovada uma lei nesse sentido, e hoje, um pedido de informações, não foi aprovado, um pedido que visa tão somente trazer esclarecimentos a nós que, realmente, representamos o povo, e fiscalizamos o Estado.

Queremos, neste momento, pedir aos nossos Companheiros do MDB e da ARENA que aprovelem nosso pedido, que é tão somente uma solicitude, e cujo atendimento deverá demonstrar se houve, ou não, esse fato, dentro desse organismo. Se houve, que venham as informações precisas para que esta Casa, somadas todas as informações, esteja apta para julgar o fato: porque queremos externar, fora daqui, nosso pensamento, nossas argumentações, mas agindo com conhecimento, em fatos como esse do conhecimento do nobre Deputado Valter Pietrângelo.

Queria que o nobre Líder da ARENA reconsiderasse que nosso condicionamento é só no sentido de informações, para ver se realmente o Secretário está cumprindo fielmente as leis aqui elaboradas e esse contrato aqui firmado.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — (Para encaminhar a votação). —

A função básica, fundamental, da Oposição nesta Casa é realizar um trabalho de fiscalização, capaz de se tornar um útil e necessário instrumento de colaboração, porque no momento em que a Oposição corporificar esse trabalho, materializá-lo na sua atuação neste recinto, dando vida às suas atividades, estará sendo, talvez, o melhor colaborador da administração, porque apontará o que de certo existir e o que, talvez, de errado possa medrar pela administração.

Mas, também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pela convivência tranquila que estamos tendo nesta Casa, pelas reiteradas demonstrações de elegância parlamentar que a Bancada da Oposição tem recebido, em especial da Liderança do Governo, é preciso que se atente para a atitude há pouco adotada pelo Deputado Ivo Thomazoni, quando, na condição de Líder, se propõe a trazer à esta Casa as informações solicitadas pelo Deputado Valter Pietrângelo.

Entendo, Sr. Presidente, e me parece que também entendo o autor do Requerimento, que se deva, numa retribuição de gentileza conferir a S. Exa. o Líder do Governo, o crédito de confiança que acaba de solicitar, de que trará a esta Casa, a curto prazo, as informações solicitadas.

Assim estaria a Oposição, através da solicitação do eminente Deputado Valter Pietrângelo, após as atitudes a serem adotadas pelo líder do Governo, estará a Oposição manuseando as informações e dados que solicitou para poder entremear-lo no trabalho que vai realizar.

Por isso, Sr. Presidente, consultaria à Mesa da possibilidade de, pelo autor do Requerimento, ser o mesmo retirado de discussão, ser o mesmo deixado para ser considerado em outro momento, entregando ao Líder do Governo, a confiança que ele acaba de solicitar.

Era a consulta que faria à Mesa.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Como o presente Requerimento se encontra em fase de votação, nós continuaremos com a mesma, e uma vez que o Sr. Deputado Valter Pietrângelo pretende que o mesmo não tenha esse efeito, ele poderá usar da palavra para encaminhamento da votação, e depois o Requerimento será rejeitado.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, devo louvar o Governo do Estado quando tomou a iniciativa de dar ao Instituto Médico Legal as instala-

ções que hoje tem em nossa Capital.

Mas, Sr. Presidente, meus caros Pares, escutei em sessões anteriores, alto e bom som, de que o Poder Legislativo deveria ser revigorado, de que o Poder Legislativo de nosso Estado e de nosso País, deveria voltar a ter prerrogativas que lhe foram retiradas. Desejo nesta oportunidade, fazer valer uma prerrogativa do Poder Legislativo, qual seja, é a principal a fiscalização do Poder Executivo.

Devo apenas me referir ao Requerimento do Deputado Valter Pietrângelo, que acho justo e necessário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque através de Requerimentos desta natureza é que faremos com que o Poder Legislativo, tão distituído de suas prerrogativas, volte a crescer, como aqui escutei, volte a ter aquela situação que tinha.

No que diz respeito à minha pessoa voto para que este Requerimento seja encaminhado a quem deva respondê-lo para que, de uma vez por todas, seja dirimida esta dúvida levantada pelo Deputado Valter Pietrângelo.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entendo, como já ouvi em pronunciamentos de outros companheiros desta Casa, que, realmente, de ambas as Bancadas a matéria vem merecendo atenção. Apenas a dúvida que se cria agora seria a da votação imediata do pedido formulado pelo Deputado do MDB, Deputado Enéas Faria, no sentido de que fosse adiada apenas a votação do presente Requerimento, uma vez que está encerrada a fase de discussão.

É exatamente neste sentido, Sr. Presidente, que faremos a mesma consulta à Mesa da viabilidade de que o referido Requerimento tivesse sua votação adiada para que pudesse o Líder da Bancada da Arena, conforme voto de confiança por ele solicitado, trazer as informações pedidas e quem sabe, com isto, trazer o devido esclarecimento a esta Casa Legislativa. Confesso, mas, que o meu propósito anterior seria de, até mesmo, fazer um apelo ao Líder da minha Bancada no sentido de que reconsiderasse, de início, a posição por ele adotada, reconsiderasse admitindo que o Requerimento fosse votado e merecesse o apoio de todos os Srs. Deputados que compõe esta Casa de Leis.

Mas, depois do pronunciamento, Sr. Presidente, que ouvi do ilustre Deputado Enéas Faria que trouxesse mais uma demonstração de que aqui estamos para o diálogo, que aqui estamos para o entendimento e que a sua Bancada poderia tributar ao Líder de nossa Bancada a confiança por ele pedida, é que entendo que esta Presidência deveria antes trazer a informação ao Plenário da viabilidade do pedido, já que sentimos do próprio autor o seu acordo, de que a votação, uma vez que a discussão está encerrada, fosse transferida por duas ou três sessões.

Este o apelo que faria à Presidência da Casa desde que verificada a impossibilidade do adiamento da votação, ficaria o apelo ao Líder da nossa Bancada para reconsideração da posição anteriormente adotada.

— (Sem revisão do orador).

O SR. IVO THOMAZONI — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Antes de conceder a palavra ao ilustre

Líder da Bancada da Arena, gostaria de que a Mesa esclarecesse o artigo 110, que diz o seguinte: "O pedido de adiamento só poderá ser apresentado antes de encerrada a discussão da matéria. Será permitida a deliberação da Assembléia Legislativa dependente de discussão, não podendo entretanto ser apresentado quando a Assembléia estiver em votação, ou quando a Assembléia estiver fazendo uso da palavra qualquer Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Sr. Deputados.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, apenas

para melhor situar a sugestão que encaminhei, ou a consulta que encaminhei à Mesa, eu entendo que a possibilidade da discussão a esta altura da tramitação da matéria, como também para que se assim se fizesse, seria necessária a fixação prévia de um prazo, o que inibiria os trabalhos que V. Exa. se propunha a fazer. Quanto à providência regimental cabível diz respeito a simples retirada do Requerimento. Deixa de existir o Requerimento. O seu ator fará a retirada do seu Requerimento. Se pretender voltar a apresentá-lo será a nova matéria.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Realmente, nos Parlamentarismos têm soluções muitas vezes encontradas exatamente por não estarem escritas. Verifico, Sr. Presidente, pretendo agradecer a consideração dos Srs. Deputados do meu Partido e do MDB, o que se pretende realmente é encontrar-se uma solução capaz de satisfazer ao autor do Requerimento, do seu pedido de informações e desta Liderança de atender o apelo do Vice-Líder Deputado Dácio Leonel e quando eu disse que a solução não está escrita é porque não há dispositivo regimental capaz de ampará-la sem prejuízo da solução proposta pelo eminente Deputado Enéas Faria, se a Presidência, colocando em votação a matéria de desde que não exista número suficiente para deliberação, esta Liderança estaria atendida porque automaticamente a matéria voltaria a Plenário na reunião de segunda-feira, interstício que entendo suficiente para determinar as respostas das arguições contidas neste Requerimento, para que não prejudiquemos a nenhum dos nossos companheiros de ambos os Partidos. Esta Liderança, eu quero crer, tem a compreensão dos homens do M. D.B., no sentido de que não se deve ir além do simples pedido de verificação de votação, para que não se use o expediente da constatação de quorum futura porque isto implicaria no prejuízo daqueles Srs. Deputados que entendessem não haver matéria de maior importância, estão agora nos seus gabinetes de trabalho atendendo a compromissos também de ordem legislativa. Requer, portanto, nesta questão de ordem que V. Exa. coloque a matéria em votação.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação. Não havendo Deputados que queiram encaminhar a votação, coloco o Requerimento em votação.

Peço ao Sr. Secretário que faça a contagem de Deputados. (É feita a contagem).

O SR. PRESIDENTE — Rejeitado.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Eu pediria a V. Exa. verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Faz a verificação).

12 Srs. Deputados aprovam.

10 rejeitam.

Não há quorum para votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para segunda-feira, dia 10 à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1ª DISCUSSÃO — Dos Projetos de Lei nºs 60/72, 278/73 e 8/74.

Levanta-se a Sessão.